



A Questão da Exploração da Mulher na Sociedade Atual

Viviane Bastos Pampu

Professora da Prefeitura Municipal de Curitiba, atualmente na direção liberada do SISMMAC – Gestão Novos Rumos (2014-2017), militante da ASS/Intersindical

E-mail: vivianepam@gmail.com

O QUE NOS LEVA A ESSE TEMA?

Nos dias atuais, a opressão e a violência contra a mulher ficam cada vez mais evidentes. Há quem acredite que somente agora essa situação se agravou. Há também quem acredite que essa situação é determinada somente pelos valores morais da sociedade dividida em classes sociais, que constitui e reforça a diferença entre os sexos e a dominação da mulher pelo homem, e que através da conscientização de mulheres e homens de nosso tempo chegaremos a minimizar e até mesmo superar os dados alarmantes apresentados nas estatísticas atuais.

Apesar de existirem políticas contra a violência doméstica, o limite da conscientização é percebido quando nos deparamos com a realidade objetiva do machismo e suas relações com a própria estrutura da família, na qual ocorre a maior parte das agressões.

Mesmo com a Lei Maria da Penha (2006), que imprime maior rigor na criminalização da violência doméstica, em 2013, foram contabilizadas quase cinco mil mortes de mulheres, ou seja, 13 homicídios femininos por dia. Conforme o Mapa da Violência (2015) 50,3% desses homicídios foram cometidos no seio da família. Contra a situação descrita acima, mulheres se colocam em movimento contra a opres-

são. No entanto, mesmo sabendo dos dados reais, uma das primeiras perguntas que costumeiramente fazemos é o porquê da luta organizada das mulheres? Afinal de contas, já temos o direito ao voto, direito à contracepção. Garantimos nos códigos civis o direito ao divórcio. A justiça do trabalho assumiu que, para trabalho igual devemos ter salário igual. Retiramos do Código Civil, mesmo que recentemente, o termo de “legítima defesa de honra”, que permitia aos homens “traídos” agredir mulheres. Temos a possibilidade de mulheres estudarem e até de frequentarem curso superior em sua maioria. Por que então organizar e debater a questão das mulheres?

Porque embora tenhamos conquistado todos esses direitos, nós ainda vemos mulheres sendo assediadas, violentadas e mortas. Ainda temos profissões essencialmente femininas com salários baixíssimos. Diante disso, poderíamos concluir que a nossa luta seria somente pautar o Estado para que garanta em lei que nenhuma mulher deva ser assediada, violentada ou morta e prever punição ao agressor, como indica a Lei Maria da Penha, reivindicarmos que em uma década exista igualdade do magistério com outras profissões, como prevê o Plano Nacional de Educação.

Na verdade, entendemos que é preciso ir além dessas reivindicações, que são importantes de forma imediata, mas não deveriam ser o limite do debate sobre a questão da mulher na sociedade atual. A opressão sofrida pelas mulheres não tem como causa a ausência de direitos; os feminicídios, os salários menores, os estupros, a subestimação e a responsabilização pelo trabalho doméstico, na verdade, são consequência da origem da opressão, que está diretamente ligada à forma como se organiza a sociedade capitalista, que nos divide para poder nos explorar melhor.

A mulher trabalhadora, além de sofrer todas essas opressões, sofre a exploração direta do capital como assalariada, e sua relação com o trabalho doméstico por exemplo ainda sustenta a exploração do seu parceiro e filhos.

Mas, então, para desvendar qual é a causa de tantos sintomas é preciso investigar, não é? É preciso levantar hipóteses e estudar razões, não podemos nos contentar com o discurso de que a opressão não se explica, apenas se sente. A lógica de nos separarmos em um *gueto* para sentir nossa opressão é a lógica mais amigável ao machismo nosso de todos os dias, uma vez que não ataca as causas, somente os sintomas, e nos acalma com o discurso do empoderamento feminino que nos serve de antídoto para não sofrer.

Seria mais fácil se fosse assim, mas infelizmente a emancipação da mulher não poderá ser uma tarefa simples, ocasional e desagregada, que em um reforço espiritual estará garantida. Portanto, nossa intenção com este artigo, ainda que de forma incipiente, é colocar em pauta o debate sobre a origem e perpetuação da exploração da mulher para além dos dados, sínteses e sintomas que visualizamos em nossa vida cotidiana.

1. A MULHER E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Para entender a exploração da mulher precisamos de uma concepção de ser humano e sociedade. Partimos de uma análise materialista, que concebe a sociedade dividida em classes sociais distintas, en-



tende o ser humano como ser inserido num conjunto de relações sociais historicamente variáveis e que se transformam em função do processo social, alterando assim a própria consciência humana. Esse pressuposto marxista nos permite combater a tese da natureza da mulher como sexo frágil.

Analisar as peculiaridades do corpo e mente de homens e mulheres de nosso tempo requer, para além da observação de traços fisiológicos e hormonais aparentes, a análise da construção social que influencia diretamente no desenvolvimento desse ser humano composto por base biológica e relações sociais determinantes.

Na luta por manter nossos corpos vivos, pois precisamos comer, beber, vestir e morar, nos tornamos seres históricos e sociais, pois não realizamos isso meramente de forma instintiva, realizamos de forma consciente, criando cada vez mais instrumentos e passando esse aprendizado aos nossos descendentes. Dessa forma, as relações sociais de produção e reprodução da vida influenciam de forma determinante a nossa consciência.

“(…) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1859)

A análise acima nos faz perceber o porquê nós, seres humanos, somos diferentes dos animais, suplantando a lógica reducionista que considera homens como machos e mulheres como fêmeas. Partindo dessa contribuição de Marx, entendemos como se alteram formas de pensamento a partir de relações sociais de produção. Ou seja, as relações humanas estão diretamente ligadas a reprodução e manutenção da vida. Esse pressuposto nos leva a evidenciar que o combate à opressão feminina não depende só da vontade e da moral de mulheres e homens. E di-

ríamos mais, o que chamamos de opressão, na verdade, pode ser considerado como exploração, pois não é só uma relação de opressão do homem para com a mulher, mas sim, uma relação de exploração, pois na sociedade capitalista a mulher da classe trabalhadora sofre a exploração de classe e opressão de gênero.

2. A ORIGEM DA FAMÍLIA E DA PROPRIEDADE PRIVADA

A condição da mulher hoje, assim como a condição de toda a classe trabalhadora, tem como raiz a formação, surgimento e desenvolvimento do direito de propriedade sobre os meios de produção e sua emancipação está ligada à superação de tal direito.

Embora estejamos abordando a situação atual da exploração da mulher trabalhadora, consideramos importante olhar para a história da humanidade, e perceber que, em sociedades primitivas não existia direito à propriedade privada, as relações sociais eram fundadas na produção e coleta sociais em cooperação, nas quais a única ideia de propriedade realmente existente é a da posse coletiva, dos meios de produção, da terra, das bases da vida produtiva. Nessas sociedades primitivas não se evidenciava a dominação completa do homem pela mulher, não era necessário, por exemplo, garantir a hereditariedade, os casamentos eram coletivos, a mulher não era necessariamente a responsável pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos.

O surgimento e desenvolvimento da agricultura, domesticação dos animais e existência de escravidão levam a humanidade a desenvolver outro modo de produção. Nesse novo modo de produção, evidenciamos a existência de propriedade privada dos meios de produção, o que guarda profunda relação com novas formas de família, que passa a ser responsável pela garantia da reprodução da espécie e da transmissão de herança. Passa a ter assim papel econômico e também ideológico no que se refere a reprodução da ideologia dominante.

Segundo Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a família monogâmica foi determinada economicamente e não naturalmente. Desta forma, com o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, fez-se necessário a organização do novo tipo de família, que não aparece na história como uma conciliação entre homem e mulher, mas sim, como forma de escravização de um sexo pelo outro. A mudança na estrutura familiar foi necessária para garantir a transmissão de herança a filhos legítimos do homem. Desta forma, instituem-se os casais monogâmicos, porém, a monogamia é só para a mulher, em alguns casos, até que pelo menos se garanta o nascimento do filho primogênito, para a transmissão de posses e títulos de nobreza.

3. MULHER NO CAPITALISMO

No capitalismo a exploração da mulher se intensifica ainda mais. Anteriormente, no feudalismo, a família era tida como uma unidade de produção. Todo o necessário para a sobrevivência era retirado da terra, organizada em feudos. O camponês não era escravo, mas estava preso à terra, dela não poderia se livrar e deveria produzir para as necessidades da sua família somente após garantir a produção para o dono das terras.

Nesse sistema, a mulher camponesa estava envolvida nessa relação de produção agrícola e presa à reprodução da vida, tão importantes para a garantia dos filhos e para a exploração da terra. Os cuidados com a saúde dos filhos não era como hoje, e não existiam condições sanitárias e de higiene básicas. Nessa época, porém, havia um controle menor dos impulsos sexuais do ser humano. Ainda assim, havia a necessidade de garantir, mesmo que com quase nenhuma posse, a reprodução da hereditariedade, sendo mulheres mães de filhos de determinados homens com quem se casaram.

No pré-capitalismo, enquanto a família era uma unidade de produção, a mulher tinha papel econômico fundamental. Era inferior jurídica, política e socialmente, mas participava do sistema produtivo.

Com o surgimento das fábricas, surge o modo de produção capitalista, no qual o trabalhador não detentor dos meios para produção encontra-se obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, dono dos meios de produção, para conseguir manter-se vivo.

O modo de produção capitalista eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho Humano. (...) A partir do momento em que o valor de troca se insere na maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação. (SAFFIOTI, P.53, 2013)

A existência de um mercado no qual o trabalhador oferece livremente sua força de trabalho constitui a condição do surgimento do capital. O trabalhador é vendedor de força de trabalho em troca de salário, que servirá para garantir a manutenção e reprodução da sua vida, com a compra de comida, vestimenta e

moradia, por exemplo. Porém, o valor que a força de trabalho produz é muito maior do que o valor que o trabalhador recebe. Durante a jornada de trabalho, o trabalhador garante ao patrão um valor a mais e que não é remunerado.

Em modos de produção como o capitalista, o trabalhador reproduz, de um lado, o que Marx denomina de fundo de trabalho e, de outro, executa um trabalho excedente. A forma assumida pela apropriação deste trabalho excedente camufla as verdadeiras relações entre classes sociais. O aparecimento do capitalismo se dá e impõe condições extremamente adversas à mulher. Nesse processo de individualização inaugurado por esse novo modo de produção, ela vai sendo subestimada e afastada do sistema produtivo, ficando com o trabalho doméstico prioritariamente e, assim, acaba por garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho. O trabalho doméstico e o trabalho “invisível” de cozinhar, lavar, passar e cuidar dos filhos. A realização desse trabalho não pago garante que os salários nas fábricas possam ser menores ainda. Assim, o gênero, por exemplo, passa a interferir de modo a separar homens e mulheres explorados.

Com a evolução da produção, e diante da necessidade, mulheres e crianças também passam a ser admitidas na produção, em especial quando falta mão de obra masculina, como no pós-guerra por exemplo, ou em tipos de indústrias consideradas mais apropriadas para mulheres, como a indústria têxtil.

Desde então, institui-se que o salário das mulheres é um salário menor que o do homem, pois é considerada a sua inferioridade física e intelectual no processo de produção e também entende-se que as mulheres devem receber apenas uma renda complementar para o sustento da família, que é feito pelo homem.

Com a falta de empregos e a existência de um exército de reserva para trabalhar, os homens, considerados até então os provedores da família, passam a se sujeitar, a trabalhar pelo mesmo salário que as mulheres, e em vários episódios do século XX passam a disputar os empregos com elas.

Diante disso, a classe trabalhadora é dividida, e os homens operários, centrados na visão de mundo difundida, percebem a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, não sendo possível entender a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Não percebem que, independentemente de estar inserida na produção, a mulher



realiza também o trabalho doméstico, e que este contribui para a manutenção da força de trabalho, diminuindo para as empresas capitalistas o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho.

É preciso dizer também que os resquícios do sistema produtivo anterior na economia capitalista é um fator de marginalização muito mais da mulher do que do homem. A indústria têxtil, por exemplo, fomenta o trabalho feminino em casa, o que seria mais compatível com as funções tradicionais de mãe de família.

Inegavelmente, a estrutura familiar ou mais detalhadamente a maneira pela qual a mulher desempenha funções no setor da sexualidade, da reprodução e da socialização dos filhos exerce ponderável influência sobre o trabalho feminino.

4. MULHERES E O SOCIALISMO

O que temos debatido até aqui nos permite concluir que não será no plano das ideias que serão resolvidas as questões da exploração capitalista e, muito menos, da exploração da mulher. Nosso esforço até então foi para apontar que a questão feminina nessa sociedade não se trata de boa vontade e de escolha entre o que é bom e ruim simplesmente. A relação direta da opressão e violência sofrida pelas mulheres com a existência da sociedade dividida em classes nos faz entender a superação da sociedade capitalista como saída para a total e completa libertação da mulher.

Isso não quer dizer que não devemos lutar de forma consciente nos dias atuais contra o machismo, buscando políticas de combate à violência intrafamiliar, saúde da mulher e igualdade de salários, por exemplo. Mas devemos fazer isso sem se perder nessas pautas, vislumbrando o entendimento dos limites dessas políticas no capitalismo. Enquanto as bases da exploração não forem resolvidas, teremos sempre mulheres agredidas, marginalizadas e mortas. Até mesmo mulheres conscientes de sua exploração que se colocam em luta contra a exploração nessa sociedade não podem se ver totalmente libertas.

Portanto, a produção marxista a respeito da questão da mulher na sociedade de classes não poderia ser apenas uma temática, mas sim guarda profunda relação com o objeto de estudo de Marx e Engels que é entender o modo de produção capitalista.

Uma vez que o surgimento da opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e que a história das sociedades é a história da luta entre duas classes sociais antagônicas, a questão feminina não pode ser secundarizada. Para além disso, estudiosos posteriores a Marx e Engels e a militância socialista produziram inúmeras contribuições teóricas e práticas, pois para os socialistas a questão feminina não era apenas uma questão de inclusão de pauta, mas sim uma questão central para Revolução da classe trabalhadora. Foi desta leitura que, por exemplo, surgiu a ideia do Dia Internacional da Mulher, proposto por Clara Zetkin, dirigente do Partido Comunista Alemão, em 1910, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas.

Em fevereiro de 1917, trabalhadoras russas do setor da tecelagem entraram em greve e foram fundamentais para a greve geral e para a Revolução de Outubro, que derrubou o czarismo na Rússia.

Neste sentido, as experiências de países onde ocorreram revoluções socialistas merecem nosso olhar atento. Em que pesem os limites e críticas que possamos fazer à real condição de emancipação das mulheres nesses países, em que avanços no campo legislativo muitas vezes não encontravam bases materiais econômicas para se sustentar, foi, sem dúvida, sob o estado socialista que as mulheres mais chegaram perto de garantias básicas rumo a sua emancipação. Conforme Saffioti, em 1929, quando mulheres representavam 33,3% da força de trabalho da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), 29,7% destas participavam dos sindicatos. Já em 1932, 83,3% de todas as trabalhadoras participavam ativamente das lutas de suas categorias.

Em dois decretos, imediatamente após a Revolução Russa de 1917, os socialistas substituíram a obrigatoriedade do casamento religioso pelo casamento civil e garantiram a possibilidade de divórcio a pedido de cada um dos cônjuges. Um código mais elaborado sobre Casamento, Família e Tutela foi ratificado em outubro de 1918. O novo código suplanta a supremacia religiosa de controle dos casamentos que existia há séculos na Rússia. Esse código foi o primeiro e mais avançado código nos termos de igualdade de gênero que o mundo já havia visto. Os juristas soviéticos, mesmo assim, ressaltavam o código como transitório, pois previam ainda questões de pensão e hereditariedade, uma vez que não existia condições materiais para que o Estado garantisse de imediato a sobrevivência das crianças independentemente dos pais.

Os socialistas Russos entendiam que para avançar em sua consciência era preciso que as mulheres tivessem a oportunidade de participar ativamente da construção da sociedade Russa, uma das condições para essa verdadeira revolução no pensamento feminino passava necessariamente pela inserção na produção.

Porque apesar das dificuldades criadas pela força de trabalho feminina, foi esse fato, acima de qualquer outro, que criou as condições prévias para a independência das mulheres, para o questionamento dos papéis de gênero e para uma nova concepção de família, em suma, para uma nova base material à libertação das mulheres. (...) Os bolcheviques enfatizavam fortemente o trabalho assalariado como pré-requisito para a libertação das mulheres, justamente porque a luta para incorporar o trabalho feminino no movimento da classe trabalhadora era central para a igualdade da mulher trabalhadora do século XIX. O comprometimento com a socialização do trabalho doméstico e o definhamento da família eram respostas diretas aos ataques do capitalismo sobre a família e os papéis de gênero tradicionais. (GOLDMAN, p.79, 2014)

Embora a lógica materialista nos indique que para que as mulheres garantam avanços em sua consciência e caminhem em direção ao mundo de possibilidades além da esfera doméstica, não é o bastante dizermos que as mulheres devem se inserir na produção. É preciso que o trabalho doméstico seja assumido coletivamente, negando a lógica familiar ancestral na qual a maternidade e a realização do trabalho de lavar, cozinhar e arrumar é imposto à mulher.

Na República Popular da China, além do incentivo à inserção da mulher no setor produtivo, ou seja, desde as fabriquetas até a indústria de extração, ocorreram fenômenos importantes do ponto de vista da coletivização do trabalho doméstico. Uma das primeiras coisas que se construíam nas cidades chinesas socialistas eram os restaurantes coletivos. Além disso, as creches, escolas e lavanderias começaram a se expandir na perspectiva de cooperação mútua, garantindo condições materiais para as mulheres chinesas conseguirem trabalhar fora de casa, e não dobrar a sua jornada. Quem trabalhava nessas lavanderias, restaurantes, creches e escolas eram homens e mulheres de várias idades, que inclusive propunham revezar esses postos de trabalho com outras produções. (BROYELLE, 1974)

Por mais que tenha ocorrido restauração capitalista na China e na URSS e que tenhamos pendente o necessário balanço das experiências socialistas, situamos essas experiências como exemplos importantes da relação material que existe entre eman-

cipação da mulher e condições de vida e trabalho. Afinal, *"Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é quem determina a sua consciência."* (MARX, 1856)

Assim como anseiam os trabalhadores de hoje, no início do século passado, mulheres e homens sonhavam com uma sociedade mais justa, sem miséria e exploração, por isso, não tinham as mesmas bandeiras e reivindicações que as da classe exploradora.

Entender a origem da exploração capitalista e a relação íntima que a mesma possui com o machismo expresso na sociedade de hoje é condição fundamental para que não nos embrenhemos no debate estéril de mulheres contra homens. Na lógica dialética, é preciso identificar a contradição principal de nossa sociedade e definitivamente não é homem versus mulher, mas sim, trabalhadores versus proprietários dos meios de produção.

Criar e fomentar grupos de relatos da dor, da violência e das causas das mulheres não garantirá a superação da exploração, servirá quem sabe para a lógica representativa de diferentes partidos, como forma de prestar conta aos seus representados e dizer que as mulheres estão sendo contempladas em nossa democracia. Seguir na lógica de que as mulheres precisam melhorar a sua força de vontade para superar a exploração, negando toda a carga social, histórica, emocional que as sobrecarregam também não indicará o caminho. Nosso caminho nessa sociedade é na luta junto da nossa classe, a trabalhadora!

Viva as Mulheres de ontem, de hoje e do amanhã em Luta por Nenhum Direito a Menos!



Referências bibliográficas:

- BROYELLE, Claudie. **A metade do céu – o movimento da emancipação da mulher na China**. Edições Maria da Fonte, 1974
- CHING LING, Soog. **A libertação da mulher na china**. In: **A Libertação da Mulher**. Trad. Olinto Beckermen 2.ed. São Paulo: Global, 1980.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.
- GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher estado e a revolução política familiar e vida social soviética, 1917 -1936**. Trad. Natalia Angyalossy. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.
- GONZALES, Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Trad. Alessandra Ceregati {et al.} -1.ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempre viva organização feminina, 2010.
- MARX, Karl. Prefácio do livro: **Contribuição a crítica da economia política**. 1859 Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/11224137/MARX-PREFACIO-A-CRITICA-DA-ECONOMIA-POLITICA>. Acesso em: 22 de Agosto de 2016
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>
- SAFFIOTI, Helleiet. **A mulher na sociedade de classes mito e realidade**. 3.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- TOLEDO, Cecília (org.) **A mulher e a luta pelo socialismo: por Karl Marx, Friedrich Engels, V.I.Lenin, Clara Zetkin, Loen Trotsky**. 2.ed. São Paulo: Sundermann, 2014.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência contra Mulher 2015**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 10 de Outubro de 2016.